

Começa período de convocação extraordinária do Congresso

A leitura de mensagem do presidente Fernando Henrique Cardoso, durante sessão solene presidida pelo deputado Heráclito Fortes, marcou o início dos trabalhos parlamentares, que se estenderão até o dia 29 de janeiro

CPMF

Votação pode ocorrer amanhã

PÁGINA 4

Principais temas da convocação extraordinária

As propostas a serem examinadas pelo Senado neste mês envolvem, entre outros assuntos, economia, política e saúde. Veja algumas das matérias em tramitação:



Prorrogação e aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF)

Reforma político-partidária, incluindo instituição do voto facultativo e do sistema eleitoral misto, restrição a pesquisas eleitorais e financiamento público das campanhas eleitorais



Uso de nomes genéricos em medicamentos

Uma sessão solene, durante a qual foi lida mensagem do presidente da República, marcou ontem a abertura da sessão extraordinária do Congresso Nacional, que terá entre seus principais temas a prorrogação da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), com elevação de alíquota, a reforma política e a obrigatoriedade de utilização de nomes genéricos para medicamentos. O período

de trabalhos extraordinários se estenderá de 4 a 29 de janeiro. Entre as inovações previstas pela proposta de reforma política estão a instituição do voto distrital misto e do financiamento público de campanhas eleitorais, além do fortalecimento da fidelidade partidária. O uso de nomes genéricos para os medicamentos, previsto em projeto da Câmara a ser apreciado pelo Senado durante a convocação extraordinária, poderá torná-los mais baratos.

PÁGINAS 3 A 8

MINISTÉRIO

Elcio Alvares se despede do Senado

PÁGINA 2

O senador Sérgio Machado foi relator da comissão de reforma político-partidária



PLANOS DE SAÚDE

Patrocínio adverte: cuidado com contratos

PÁGINA 8

Três suplentes tomam posse como senadores

Os suplentes de três senadores assumiram ontem suas cadeiras em decorrência dos resultados das eleições do ano passado. Reginaldo Duarte (PSDB-CE) ocupará o lugar de Beni Veras, eleito vice-governador do Ceará. Moreira Mendes (PFL-RO) substituirá José Bianco, que tomou posse como governador de Rondônia. Sandra Guidi (PPB-SC) ficou com a vaga aberta pelo senador Esperidião Amin, novo governador de Santa Catarina. Moreira Mendes e Sandra Guidi (*na foto, em pé*) receberam as boas-vindas em plenário do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães

PÁGINA 2





Rubens Moreira Mendes lê o juramento ao assumir o mandato por Rondônia. Sandra Guidi (D) ocupará a cadeira do catarinense Esperidião Amim, eleito governador do estado



Três suplentes são empossados senadores

Em decorrência dos resultados do pleito do ano passado, assumiram ontem cadeiras no Senado os suplentes Reginaldo Duarte (PSDB-CE), no lugar de Beni Veras, eleito vice-governador do Ceará; Moreira Mendes (PFL-RO), em substituição a José Bianco, empossado no dia 1º como governador de Rondônia; e Sandra Guidi (PPB-SC), para substituir o senador Esperidião Amin, novo governador de Santa Catarina.

O senador Freitas Neto (PFL-PI), por sua vez, reassumiu seu mandato, por ter deixado o Ministério dos Assuntos Institucionais, que ocupou no ano passado. Devem ser empossados ainda na atual convocação extraordinária os suplentes Ricardo dos Santos (PSDB-ES), em substituição a José Ignácio Ferreira, governador do Espírito Santo, e Geraldo Candido da Silva (PT-RJ), no lugar de Benedita da Silva, vice-governadora do Rio de Janeiro.

Campos prega normas estáveis para Mercosul

Ao defender normas econômicas estáveis para o Mercosul, o senador Júlio Campos (PFL-MT) afirmou que só será possível transformar esse bloco econômico num instrumento favorável às populações que o integram, se for assegurada a liberdade de iniciativa dos empreendedores e igual condição de disputa pelo mercado.

O senador avisou que a defesa das economias abertas não significa condescendência com a deslealdade na competição. "Assim, por força de uma ação coordenada dos países integrantes do Mercosul, devem-se estabelecer regulamentações comuns", aconselhou o parlamentar, preconizando sanções para os eventos de concorrência desleal.

Júlio Campos defendeu normas econômicas harmônicas com os países que

compõem esse mercado, pedindo, contudo, que se levem em conta as dificuldades de concorrência da empresa nacional, "onde é imperativo dar condições de trabalho e de investimento ao empresário, a partir da redução da carga fiscal e de todos os componentes do custo Brasil".

Ele informou que o governo brasileiro está empenhado em estabelecer um regime de defesa da concorrência comercial no Mercosul, mediante a indispensável harmonização das leis dos países desse bloco.

O parlamentar reconheceu que cada um desses estados observa peculiares organizações tributária, trabalhista e previdenciária, o que justifica necessitar-se de algum tempo para a consolidação dessas normas.

Elcio Alvares deixa Senado e assume pasta da Defesa

Romeu Tuma exercerá a liderança do governo até fevereiro, atendendo a pedido do presidente Fernando Henrique

O senador Elcio Alvares (PFL-ES) comunicou oficialmente ontem ao presidente do Senado que estava se afastando do exercício do mandato para assumir o cargo de ministro da Defesa.

Advogado, jornalista, professor, Elcio Alvares foi também deputado federal, governador do estado do Espírito Santo e ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo em 1994.

Senador da República, eleito em 3 de outubro de 1990, pelo Partido da Frente Liberal (1991-1999), Elcio conseguiu 290.423 votos, tendo como primeiro e segundo suplentes, respectivamente, Jônice Siqueira Tristão e Lúcio Merçon.

Pela Constituição, os senadores que tomam posse em cargos no governo não

perdem o mandato e os suplentes assumem em seus lugares. No lugar de Elcio Alvares, assumirá a primeira suplente, também do PFL do Espírito Santo.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP)

informou à imprensa que o presidente da República solicitou que ele assumira até fevereiro o cargo de líder do governo no Senado, ocupado por Elcio Alvares.



Parlamentar influente, segundo o Diap

Elcio Alvares Nascimento, mineiro de Ubá, nasceu em 28 de setembro de 1932. Seu primeiro cargo de deputado federal (1966-1970), tendo cumprido o último ano de mandato e retornado à cadeira na legislatura seguinte (1971-1974). Elegeu-se governador do Estado do Espírito Santo e cumpriu o mandato entre 1975 e 1979).

No Senado, ocupou diversas funções importantes, tendo presidido a Comissão Mista destinada a estudar os problemas do desequilíbrio econômico inter-regio-

nal brasileiro (1992) e a CPI encarregada de apurar denúncias de irregularidades cometidas em fundos de pensões de estatais e na Petrobrás, envolvendo sobretudo o ex-secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni Ramos (1992-1993).

Foi também presidente da Comissão Especial do Senado Federal incumbida de apreciar o afastamento do Presidente da República, processo do impeachment (1992) e membro titular da CPI do Orçamento (1993-1994).

O senador e agora ministro foi apontado como um dos parlamentares mais

influentes do país pela pesquisa do Diap - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, divulgada em Brasília em 1997. Foi a segunda vez que o senador capixaba apareceu na pesquisa Diap, que acompanha as atividades do Congresso desde 1983.

O levantamento aponta os parlamentares mais influentes do Congresso Nacional. O ex-governador Elcio Alvares (PFL) aparece ao lado de outros políticos prestigiados do Poder Legislativo, como o senador Antonio Carlos Magalhães, presidente do Senado, o deputado Inocêncio de Oliveira (PFL), o senador José Sarney, e vários deputados, entre eles José Genoíno (PT), Roberto Campos (PPB), Delfim Netto (PPB) e Michel Temer, presidente da Câmara.

Levantamento realizado pelo Diap em 1997 apontou Elcio Alvares como um dos mais influentes parlamentares do Congresso, ao lado dos presidentes do Senado e da Câmara



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 5 DE JANEIRO DE 1999

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quarto dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 34/98, que prorroga, alterando a alíquota, a

cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Quinta-feira (7.01.99)

14h30 - Agenda em aberto

PREVISÃO DA SEMANA

Quarta-feira (6.01.99)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno da *PEC nº 34/98, que prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Sexta-feira (8.01.99)

9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira (6.01.99)

10h - CPI dos Institutos de Pesquisa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade
Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Congresso inicia convocação extraordinária

Prorrogação da CPMF e reforma político-partidária figuram entre os temas mais importantes que estarão em discussão no Senado até o dia 29



Substitutivo de José Fogaça foi aprovado pelo Senado e tramita na Câmara

Proposta de Fogaça cria novas regras para MPs

Já aprovada pelo Senado, encontra-se em exame na Câmara a proposta de emenda constitucional que estabelece critérios mais rígidos para a edição de medidas provisórias. A matéria, que proíbe a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida que tenha sido rejeitada ou perdido a eficácia por decurso de prazo, faz parte da pauta da convocação extraordinária.

A proposta já tramitou por diversas comissões na Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Em janeiro de 1998, foi instituída a comissão especial para analisá-la, com o deputado Paes Landim designado relator.

No Senado, a proposta foi aprovada por 57 votos a favor e 12 contra, em maio de 1998, mediante substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS). Pelo texto aprovado, as MPs perderão eficácia se não forem convertidas em lei no prazo de 90 dias, sendo permitida a prorrogação apenas por igual período. Fica proibida a reedição total ou parcial, na mesma sessão legislativa, de MP que tenha sido rejeitada ou não tenha sido convertida em lei. Nesses casos, os atos praticados durante a vigência da medida provisória terão validade jurídica plena, sendo que o Congresso terá 60 dias para promulgar decreto legislativo disciplinando as relações jurídicas dela decorrentes. Esse prazo começa a ser contado a partir da rejeição ou da perda de eficácia da MP.

A tramitação de MPs também é modificada. Conforme o substitutivo aprovado, caberá a uma comissão mista examinar e emitir parecer que será inicialmente apreciado pela Câmara ou pelo Senado, alternadamente. Por esse regime de alternância, a Casa a que porventura couber o papel revisor só poderá alterar o projeto de conversão mediante emenda supressiva. Havendo voto contrário de qualquer uma das Casas, a MP estará automaticamente rejeitada.

O Congresso Nacional instalou ontem à tarde, sob a presidência do primeiro vice-presidente, deputado Heráclito Fortes, os trabalhos da 7ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura. Em sessão solene, foi lida a mensagem do presidente da República que convocou os parlamentares a se reunirem extraordinariamente de 4 a 29 de janeiro.

A convocação prevê a apreciação de propostas de emenda constitucional (PEC), projetos de lei, tratados e acordos internacionais, matérias de competência privativa do Senado e da Câmara dos Deputados e medidas provisórias. Entre as matérias a serem analisadas pelo Senado estão a proposta de emenda constitucional que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e as propostas de reforma político-partidária.

A PEC da CPMF recebeu parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP) e propõe a prorrogação da contribuição, elevando sua alíquota. A matéria terá hoje o quarto dia de discussão em primeiro turno. Para sua aprovação são necessários dois turnos de votação, tanto no Senado como na Câmara.

Os senadores também examinarão, durante o período de convocação extraordinária, oito propostas de emenda constitucional e três projetos de lei da reforma político-partidária, discutidos longamente por uma comissão temporária criada com essa finalidade.

Entre outras mudanças, a reforma político-partidária prevê o fim do voto

obrigatório, acaba com o segundo turno nas eleições (exceto para presidente da República), institui o financiamento público de campanhas e torna mais rígida a fidelidade partidária. Para o senador Sérgio Machado (PSDB-CE), que relatou as matérias discutidas pela comissão, a reforma político-partidária "é a mãe de todas as reformas".

As mudanças previstas pelas emendas constitucionais asseguram a liberdade de criação de partidos, conforme determina a Constituição, mas instituem a chamada "cláusula de desempenho", que impõe condições para a conquista de benefícios institucionais pelas agremiações. Outra inovação é o financiamento exclusivamente público para as campanhas eleitorais.

A reforma político-partidária institui o sistema distrital misto, com a representação de cada estado e do Distrito Federal sendo composta em 50% por



Deputado Heráclito Fortes presidiu a sessão solene de instalação do período extraordinário

candidatos eleitos em distritos e a outra metade completada pelos nomes constantes de listas partidárias. Com relação à fidelidade, a proposta pune com perda de mandato o parlamentar que deixar o partido pelo qual foi eleito ou descumprir decisões programáticas emanadas de convenção nacional.

Também foi incluído na pauta projeto que permite o parcelamento de terras desapropriadas, com parecer favorável do senador Josaphat Marinho (PFL-BA) aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta facilita os assentamentos de populações carentes, inclusive em áreas de favelas.

Durante a convocação, os senadores analisarão ainda o projeto que extingue progressivamente os manicômios, propondo sua substituição por outros recursos assistenciais. O plenário aprovou um texto consolidado do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), elaborado a partir do projeto original do deputado Paulo Delgado (PT-MG), do substitutivo do senador Lucídio Portella (PPB-PI) e de emendas de plenário. Foram apresentadas emendas durante o turno suplementar, que serão agora analisadas pela Comissão de Assuntos Sociais.

Comissão Representativa segue funcionando

A Comissão Representativa, integrada por sete senadores e 16 deputados, funciona durante o período de recesso do Congresso Nacional e tem a competência de zelar pelas prerrogativas do Legislativo brasileiro, de suas Casas e de seus membros, entre outras funções definidas em resolução. Os trabalhos dessa comissão não ficam suspensos quando o Congresso é convocado extraordinariamente, porque a convocação é exclusiva para deliberar sobre as matérias previstas em sua pauta.

Entre as atribuições da Comissão Representativa estão as de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, e até sustar atos normativos do Executivo que exorbitem do seu poder regulamentar; votar projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelo presidente da República; convocar ministros de Estado e enviar-lhes pedidos de informação; exercer a competência administrativa das Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados, em casos de urgência.

A atual Comissão Representativa, instalada no dia 16 de dezembro, é presidida pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN) e dela participam os senadores Carlos Patrocínio (TO) e Bello Parga (MA), pelo PFL; Nabor Júnior (AC) e Mauro Miranda (GO), pelo PMDB; e Ademir Andrade (PA), pelo Bloco Oposição. Com o retorno de Freitas Neto (PFL-PI) ao Senado, ficou vaga a cadeira do PPB na comissão, que vinha sendo ocupada por Elói Portella (PPB-PI), suplente de Freitas.

PAUTA DO SENADO PARA O PERÍODO DE CONVOCÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Número	Assunto	Relator	Situação Atual
CPMF			
PEC 34/98	Prorroga e altera a alíquota da CPMF	Romeu Tuma (PFL-SP)	Em discussão no plenário em primeiro turno
Reforma Político-Partidária			
PLS 187/98	Limita acesso ao Fundo Partidário	aguardando distribuição	CCJ
PLS 188/98	Institui o financiamento público das campanhas eleitorais	aguardando distribuição	CCJ
PLS 189/98	Prazos de domicílio eleitoral e filiação partidária	aguardando distribuição	CCJ
PEC 38/98	Limita o número de vereadores	aguardando distribuição	CCJ
PEC 39/98	Institui o voto facultativo	aguardando distribuição	CCJ
PEC 40/98	Restringe pesquisas eleitorais	aguardando distribuição	CCJ
PEC 41/98	Trata da vacância de senador	aguardando distribuição	CCJ
PEC 42/98	Institui o sistema eleitoral misto para as eleições para Câmara dos Deputados e dispõe sobre a suplência dos deputados	aguardando distribuição	CCJ
PEC 43/98	Segundo turno só para presidente da República	aguardando distribuição	CCJ
PEC 44/98	Regras de fidelidade partidária	aguardando distribuição	CCJ
PEC 45/98	Mandato de seis anos para senador	aguardando distribuição	CCJ
Outros assuntos			
PLC 41/98	Regula o processo administrativo na administração federal	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PLC 08/91	Extinção dos manicômios	Sebastião Rocha (PDT-AP)	CAS, para exame das emendas de Plenário, em segundo turno
PLC 61/97	Cria a Política Nacional de Educação Ambiental	Joel de Holanda (PFL-PE)	Na CE, com vista a Ernandes Amorim (PPB-RO)
PLC 48/98	Ensino no Exército Brasileiro	aguardando distribuição	CCJ
PLC 52/98	Parcelamento do solo urbano	Josaphat Marinho (PFL-BA)	Mesa, recebimento de emendas
PLC 53/98	Nomes genéricos em medicamentos	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	CAS
PLC 01/99	Coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação de sangue	-	aguardando leitura em Plenário
PLC 03/99	Institui a política nacional de educação em direitos humanos para o ensino fundamental e médio	-	aguardando leitura em Plenário



Ministro Pedro Malan atribui a necessidade de prorrogação e aumento da CPMF à crise internacional, enquanto o relator, senador Romeu Tuma, lembra o déficit da Previdência

Prorrogação da CPMF pode ser votada amanhã

Proposta de emenda constitucional terá discussão encerrada nesta quarta-feira e, se não receber emendas, estará pronta para votação

A proposta de emenda constitucional que altera a alíquota e prorroga por mais três anos a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) é uma das principais matérias que serão votadas durante a convocação extraordinária do Congresso, iniciada ontem.

A proposta, de autoria do senador Elcio Alves (PFL-ES), já tem parecer favorável do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), e ainda precisa ser discutida em duas sessões plenárias para ser votada em primeiro turno. Ontem transcorreu o terceiro dia de discussão da matéria – que havia sido iniciada ainda em dezembro. Assim, o período de discussão em primeiro turno se encerrará amanhã e, caso não sejam apresentadas emendas, a proposta poderá ser votada em seguida pelo plenário. Até ontem não havia sido apresentada nenhuma emenda.

Romeu Tuma rejeitou as cinco emendas apresentadas durante a tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), mantendo a proposta original do Executivo, que

prorroga a cobrança da CPMF por três anos (de 1999 a 2001). A atual alíquota, que é de 0,20% mas com margem de cobrança de até 0,25%, subirá para 0,38% nos primeiros 12 meses e cairá para 0,30% nos meses subsequentes. Fica facultado ao Executivo reduzir ou restabelecer, total ou parcialmente, o valor das alíquotas, dentro dos limites definidos pela proposta.

O resultado do aumento da arrecadação, com a nova alíquota, será destinado ao custeio da Previdência Social, de acordo com a proposta do Executivo e o parecer do relator. Em exposição de motivos justificando a emenda, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, afirma que a prorrogação e o aumento da alíquota da CPMF são necessários devido ao agravamento das crises asiática e russa, que levaram o governo a propor um ajuste fiscal mais rigoroso.

O déficit da Previdência Social também agravou a situação. Segundo Tuma, o programa de ajuste fiscal precisa de recursos adicionais para reduzir esse déficit e muitas das me-

didias propostas não são suficientes, o que explica o aumento da cobrança da CPME.

Na nova proposta orçamentária para este ano, a receita da CPMF está estimada em R\$ 15,3 bilhões, dos quais apenas R\$ 682,2 milhões correspondem à arrecadação prevista até 22 de janeiro. Os restantes R\$ 14,7 bilhões deverão ser arrecadados com a prorrogação que está sendo proposta pelo governo, segundo o relator.

Desse montante, acrescentou o senador, R\$ 7,7 bilhões irão para a saúde e R\$ 6,9 bilhões para a Previdência Social.

– O ingresso dessa receita é essencial à complementação do orçamento da Saúde e da Previdência, a tal ponto que a União está sendo autorizada a emitir títulos da dívida pública interna em montante equivalente ao produto da arrecadação da CPMF prevista e eventualmente não realizada em 1999, em função de possível demora na aprovação desta proposta de emenda constitucional – afirmou Romeu Tuma.

Alcântara propõe restrições ao sigilo bancário

Os bancos poderão ter que fornecer à Receita Federal os nomes de pessoas ou empresas que movimentem quantias elevadas no sistema financeiro. A obrigatoriedade consta de projeto de lei complementar, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que será votado pela Câmara durante o período da convocação extraordinária. O projeto estabelece e amplia regras para a quebra do sigilo bancário e foi aprovado pelo Senado em fevereiro de 1998. De acordo com a proposta, procuradores federais, a Receita

Federal, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Tribunal de Contas da União (TCU) podem solicitar a quebra de sigilo bancário, sem necessidade de autorização judicial. Entre as novidades do projeto, destaca-se, ainda, a possibilidade de que o Banco Central e a CVM passem a comunicar à Receita as irregularidades ou ilícitos administrativos que venham a detectar. Atualmente, o BC toma conhecimento de tais irregularidades, mas é impedido de informá-las ao “Leão”. Quando o projeto foi votado no

Senado, o atual ministro da Saúde, senador licenciado José Serra, criticou a ampliação dos poderes da Receita Federal. Ele disse considerar o “projeto em si bastante duro” e afirmou que, “nos EUA, o combate à sonegação é feito basicamente em cima do padrão de vida do investigado e de sua renda”. Para o autor do projeto, senador Lúcio Alcântara, entretanto, a proposta “abre novas frentes de combate à corrupção, às fraudes e ao crime organizado”. Para ele, o sigilo bancário não pode ser encarado como um “dogma”.

Projeto institui política de educação ambiental

O Senado examinará, durante a convocação extraordinária, projeto de lei instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental. A proposta, de autoria do deputado Fábio Feldmann (PSDB-SP), foi aprovada na Câmara e estabelece estratégias nacionais com o objetivo de motivar pessoas e organizações a manterem novas e mais harmônicas relações com a natureza.

O projeto prevê que as atividades vinculadas à política de educação ambiental devem ser voltadas para a capacitação de recursos humanos, desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações, educação formal e não-formal, bem como produção e divulgação de material educativo, acompanhamento e avaliação. Para financiar essas ações, o projeto lhes destina 20% dos recursos arrecadados em multas decorrentes do descumprimento da legislação ambiental.

Em relação à capacitação de recursos humanos, o projeto institui a formação e atualização de profissionais especializados na área do meio ambiente, bem como a incorporação da dimensão ambiental na formação e especialização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino.

Os estudos e experimentações deverão ser voltados para o desenvolvimento de instrumentos e metodologias bus-

cando motivar os interessados na execução de pesquisas relacionadas ao problema ambiental. Esses estudos visam, ainda, à montagem de uma rede de banco de dados e imagens, para apoio a todas essas atividades.

No capítulo da educação formal, o projeto prevê a inclusão da educação ambiental nos currículos das instituições escolares públicas e privadas nos ensinos fundamental, médio e superior, bem como na educação especial de jovens e adultos. Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, deverá ser incorporado conteúdo de ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas. Nos cursos de pós-graduação e extensão, é facultada a criação de disciplina específica, quando se fizer necessário.

No que diz respeito à educação informal, a proposta engloba ações e práticas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais. Entre elas, a difusão, na mídia, de programas e campanhas educativas, a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento da educação ambiental, o ecoturismo e, finalmente, a sensibilização dos agricultores, e da sociedade em geral, para a importância da preservação ambiental em relação ao futuro do país e da humanidade.

Senado examina criação do Sistema de Ensino do Exército

Durante a convocação extraordinária, o Senado apreciará projeto de lei criando o Sistema de Ensino do Exército. O projeto regulamenta as atividades educacionais do Exército com o objetivo de integrá-las à educação nacional e de qualificar recursos humanos para a ocupação de cargos e desempenho de funções, na paz e na guerra.

O projeto é de iniciativa da Presidência da República e já foi aprovado na Câmara dos Deputados. Na exposição de motivos que acompanha a proposta, o então ministro do Exército, Zenildo Zoroastro de Lucena, afirmou que o novo sistema de ensino trará mais eficiência para o exercício docente, maior flexibilidade na gestão do ensino e do magistério, permitindo a valorização do militar na sociedade.

Para Zenildo Lucena, a atual Lei de Ensino do Exército está ultrapassada pela evolução da Força e não contempla situações como a necessidade de reconhecimento e equivalência de títulos e graus acadêmicos e de nível médio, em especial a caracterização dos colégios militares como ensino preparatório e assistencial e concessão expressa de grau universitário para a Academia Militar das Agulhas Negras (Aman).

“Também é preciso regulamentar as linhas de ensino para as atividades com-

plementares, bem como o processo de qualificação para a atividade militar permanente, através da instrução militar”, salienta, esclarecendo que as despesas decorrentes da implantação do sistema sairão do orçamento do Exército.

O Sistema de Ensino do Exército, conforme definido no projeto, manterá cursos de formação, para a qualificação inicial do aluno; de graduação, para qualificar os militares em profissões de nível superior, com ou sem correspondentes civis; de especialização, preparando-os para a ocupação de cargos e desempenho de funções que exijam conhecimentos e práticas especializadas; de aperfeiçoamento, para aprofundar os conhecimentos obtidos nos estágios anteriores, e, finalmente, de Altos Estudos Militares, para qualificar oficiais que ocuparão funções privativas do Quadro de Estado-Maior da Ativa.



Substituição de senador poderá exigir nova eleição

A posse de suplentes tende a ser limitada, segundo proposta de emenda constitucional apresentada pela comissão da reforma político-partidária, aos casos de licença temporária do titular do mandato

Comissão prevê voto distrital a partir de 2006

Os representantes na Câmara dos Deputados deverão ser eleitos em cada estado, nos territórios e no Distrito Federal por um sistema eleitoral misto, que estabelece o voto no candidato distrital e na legenda do partido, vedando as coligações partidárias nas eleições para o Legislativo. Essas regras constam de proposta de emenda constitucional apresentada pela Comissão Especial da Reforma Político-Partidária, que será examinada durante a convocação extraordinária do Congresso. A proposta altera os artigos 45 e 46 da Constituição e estabelece que a representação de cada estado e do Distrito Federal será composta por 50% de candidatos eleitos em distritos. A outra metade dos candidatos será indicada em listas partidárias. O eleitor votará duas vezes: uma para o candidato do seu distrito eleitoral e outra para o partido de sua preferência.

O total de lugares destinado a cada partido será definido com base no princípio da proporcionalidade, considerando apenas o voto no partido. Pela proposta, depois de deduzidos do total de lugares destinados a cada partido os representantes eleitos nos distritos, os demais lugares serão preenchidos por candidatos eleitos pelas respectivas legendas partidárias.

O presidente em exercício da comissão especial foi o senador Francelino Pereira (PFL-MG) e o relator, o senador Sérgio Machado (PSDB-CE). A comissão estabeleceu que as novas regras partidárias deverão valer a partir das eleições de 2006, para que haja tempo de adaptação às mudanças.

De acordo com a proposta, deverão ser feitos ajustes necessários no ano anterior às eleições para que nenhuma das unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de 70 deputados. O total de deputados deverá ser de até 513, mas esse número poderá ser maior caso os partidos elejam, nos distritos, mais representantes do que o número fixado pelo princípio da proporcionalidade. Cada território terá direito a eleger dois deputados pelo sistema proporcional.

Para o relator da comissão, o novo sistema eleitoral é mais vantajoso que o atual.

— Ao adotar o sistema misto, distrital e proporcional, a comissão reconhece as vantagens dos dois sistemas clássicos. O proporcional assegura a representação das minorias e o distrital puro permite a proximidade do eleitor e a representação das diversas regiões dos estados. Esse sistema proporciona uma vida partidária mais adequada, conduzindo ao fortalecimento e à coesão dos partidos — disse.

Para o senador José Fogaça (PMDB-RS), que participou da comissão, o sistema misto evita a pulverização dos partidos, diminuindo, conseqüentemente, o atual número de legendas no país.

Proposta de emenda constitucional (PEC) apresentada pela Comissão da Reforma Político-Partidária propõe que a substituição de um senador, quando definitiva, passe a ser feita mediante a eleição de novo titular, ao invés do procedimento atual, que dá ao suplente o saldo do mandato. A matéria consta da pauta da convocação extraordinária do Congresso, que começou ontem.

A emenda quer mudar o artigo 56 da Constituição federal, nos seus parágrafos 1º e 2º, incluindo ainda dois novos parágrafos (3º e 4º). Em sua proposta, a comissão distingue entre duas formas de vacância do cargo, a temporária e a definitiva. Para a temporária, resultante de investidura em outras funções (secretários de estado, ministros) ou licença superior a 120 dias, haveria a convocação dos suplentes.

No caso de substituição definitiva, a emenda consagra a posse tradicional do suplente, para os deputados federais, e uma posse provisória para o suplente de senador, pois, dependendo do tem-



Para valer, as novas regras precisam ser aprovadas pelo plenário do Senado

po restante do mandato, haveria a eleição de um novo titular no primeiro pleito que se seguisse à vacância.

De acordo com a PEC, “faltando 60 dias ou mais para a realização de eleição regular, o substituto para cumprir o restante do mandato do titular será eleito no primeiro pleito que se seguir à vacância, devendo o suplente assumir a cadeira até

a posse do substituto eleito”.

Já nos casos em que a vacância ocorrer “no penúltimo biênio do mandato e faltando menos de 60 dias para a realização de eleição regular, o suplente deverá assumir a cadeira até o final do mandato”. A emenda, segundo a comissão, tem o objetivo de “conciliar a necessidade de conferir maior legitimidade aos substitui-

tos e a manutenção da simplicidade do processo eleitoral”.

A comissão registra a existência de outras iniciativas parlamentares que procuram disciplinar essa matéria: o Projeto de Lei do Senado 29/95, de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), e a Proposta de Emenda Constitucional 354/96, do deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Plenário analisa financiamento público de campanha política

Depois de aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a proposta que trata da adoção do financiamento público para campanhas eleitorais será discutida e provavelmente votada durante a convocação extraordinária do Congresso. Em lugar de contribuições particulares, o projeto prevê o financiamento das campanhas com recursos do Orçamento da União.

A matéria faz parte do relatório final da comissão temporária do Senado para estudar a Reforma Político-Partidária, preparado pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE). Aprovada por unanimidade na CCJ, a proposta prevê que nos anos em que se realizarem eleições, as dotações orçamentárias para o Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos terão como base o valor de R\$7,00 por eleitor alistado pela Justiça Eleitoral até 31 de dezembro do ano anterior.

De acordo com o relator, o parecer levou em conta um projeto do senador



Parecer da comissão tomou por base projeto de Edison Lobão

Edison Lobão (PFL-MA) e uma proposta de emenda constitucional do senador Pedro Simon (PMDB-RS), esta tornando obrigatório o financiamento das campanhas eleitorais exclusivamente com recursos orçamentários da União.

Sérgio Machado disse que também procurou estabelecer critérios objetivos de distribuição dos recursos entre a direção nacional e as regionais dos partidos, a fim

de que haja a garantia de que um mínimo de recursos chegue a todos os municípios brasileiros, viabilizando as diversas campanhas.

O principal objetivo da proposta é o de evitar o peso do poder econômico nas eleições. Concordando com o ministro Mário Velloso, ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o senador Sérgio Machado entende que “o abuso do poder econômico, realizando o desequilíbrio entre os candidatos, torna irreal o princípio isonômico, assim tornando ilegítima a pugna eleitoral”.

Emenda constitucional altera datas para posse de eleitos

Um novo calendário de posse dos eleitos para os poderes Executivo e Legislativo e a manutenção do segundo turno apenas na eleição para a Presidência da República. Essas modificações propostas pela Comissão Especial do Senado para a Reforma Político-Partidária alteram 14 pontos da Constituição e serão discutidas durante a convocação extraordinária do Congresso. Conforme o novo calendário, a posse dos membros dos Legislativos seria no dia 2 de janeiro do ano seguinte ao das eleições, enquanto prefeitos e governadores tomariam posse no dia 4 de janeiro e o presidente da República, no dia 6 de janeiro.

A justificativa da proposta de emenda constitucional (PEC), cujos primeiros signatários são os senadores Francelino Pereira (PFL-MG), presidente da comissão, e Sérgio Machado (PSDB-CE), destaca que a decisão dos constituintes de 1988 fixando a data de posse no Executivo para o dia 1º de janeiro refletia a preocupação com o comprometimento dos recursos orçamentários. “A experiência de 1995, todavia, demonstrou sérios prejuízos à

feita da democracia, dificultando a participação dos governadores eleitos na posse do presidente da República”, argumenta o relator.

O calendário de transição para essa mudança de datas de posse, proposto pela PEC, estabelece o pleito de 2002 como ponto de partida e as seguintes datas para término dos mandatos: em 5 de janeiro de 2007, os do presidente e do vice-presidente da República; em 3 de janeiro de 2007, os dos governadores e dos vice-governadores dos estados e do Distrito Federal; em 1º de janeiro de 2007, os dos deputados federais, distritais e estaduais. Os mandatos dos senadores eleitos em 2002 teriam início em 1º de fevereiro de 2003, terminando em 1º de janeiro de 2009 e 1º de janeiro de 2007, respectivamente para os mais votados e os segundos mais votados.

No caso dos pleitos municipais, a transição começaria no pleito do ano 2000. Os mandatos de vereadores terminariam em 1º de janeiro de 2005, enquanto os dos prefeitos e vice-prefeitos, em 3 de janeiro de 2005.

Proposta modifica cálculo do número de vereadores

Proposta de emenda à Constituição (PEC) apresentada pela Comissão da Reforma Político-Partidária estabelece limites máximo e mínimo para o número de vereadores nas câmaras municipais de todo o país. A proposição, que deverá ser examinada na convocação extraordinária do Congresso, também cria uma proporcionalidade entre o número de vereadores e o de eleitores em cada município.

A comissão decidiu usar como parâmetro o número de eleitores. De acordo com a PEC, os municípios com até 600 mil eleitores terão no mínimo nove e no máximo 21 vereadores. Os municípios com eleitorado entre 600 mil e três milhões de pessoas terão de 22 a 41 representantes municipais. Já aqueles com mais de três milhões de eleitores terão um mínimo de 42 e um

máximo de 55 vereadores

A proposta estabelece, ainda, que o afastamento compulsório do prefeito, para fins de apuração de responsabilidade, será feito pelo prazo máximo de 180 dias. Esse afastamento deverá ser aprovado pelo voto nominal de dois terços dos integrantes da Câmara Municipal.

O texto constitucional em vigor estabelece a proporcionalidade do número

de vereadores de acordo com a população, com limite mínimo de nove e máximo de 21 para os municípios com até um milhão de habitantes. Para as localidades com população entre um milhão e cinco milhões de pessoas, esse limite se situa entre 33 a 41 vereadores. E, nos municípios com mais de cinco milhões de habitantes, o número varia de 42 a 55 representantes municipais.



Ronaldo Cunha Lima é autor da proposta sobre efeito vinculante, que teve como relator no Senado Jefferson Péres

Efeito vinculante está na pauta da Câmara

Aprovada em definitivo pelo Senado, a Proposta de Emenda à Constituição 500/97, que amplia o efeito vinculante no Judiciário brasileiro, está na pauta de votação da Câmara dos Deputados durante a convocação extraordinária de janeiro. De autoria do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), a medida estabelece que os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) deverão declarar, por maioria de dois terços, quais decisões terão efeito vinculante.

O principal objetivo da mudança, segundo o autor, é desafogar o Judiciário. A PEC estabelece que poderão ter efeito vinculante as decisões do STF nas ações de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo e as definitivas de mérito. Ronaldo calcula que, por permitir efeito vinculante em

ações previdenciárias e tributárias, haverá grande redução no volume dessas ações nos tribunais, já que cerca de 60% dos processos são dessas áreas.

Ao apresentar seu parecer final sobre a matéria, o relator da proposta, senador Jefferson Péres (PSDB-AM), destacou tratar-se de “mudança importante no ordenamento jurídico do país”. Ele esclareceu que, na prática, o Senado ampliou o efeito vinculante, que já existe nas decisões de mérito em ações declaratórias de constitucionalidade.

— É importante que se ressalte, até em resposta aos críticos do efeito vinculante, que o seu objetivo principal não é obrigar o juiz à decisão uniforme, mas evitar a multiplicação de processos ociosos — explicou Jefferson Péres.

Deputados poderão votar limite de gastos com câmaras

Todas as câmaras municipais do país poderão ter seus gastos com salários de vereadores, funcionários e custeio limitados. Este é o teor de proposta de emenda constitucional, aprovada pelo Senado na primeira quinzena de novembro, que consta da pauta de matérias a serem apreciadas pela Câmara dos Deputados na convocação extraordinária do Congresso Nacional.

De autoria do senador Esperidião Amin (PPB-SC), a PEC fixa percentuais máximos das receitas municipais para os gastos das câmaras. Quanto mais populoso o município, menor o percentual.

Ao apresentar a proposta, o senador visou coibir práticas abusivas no âmbito da remuneração dos vereadores, levadas aos cofres públicos municipais. Na justificativa da PEC, Amin explicou que, apesar de emenda constitucional aprovada em 1992 ter limitado as despesas com os vereadores a 5% da receita do município, além de fixar as remunerações em 75% das recebidas pelos deputados estaduais, esses limites foram



Esperidião Amin

contornados por muitas câmaras.

— A proposta é moralizadora e oportuna. Moralizadora por existirem câmaras gastando excessivamente. Oportuna porque é aprovada num momento em que o governo federal toma providências para reduzir as despesas públicas — defendeu o senador na votação ocorrida no Senado, no início de novembro.

Conforme a tabela aprovada pelos senadores, e que agora será votada pelos deputados, as câmaras de vereadores dos pequenos municípios, com até dez mil habitantes, só poderão gastar 8% da receita municipal (incluindo receitas próprias e transferências). Nos municípios de dez mil a 50 mil habitantes, o limite será de 7%, caindo para 6% nos

municípios com população acima de 50 mil e inferior a 100 mil pessoas. Para cidades que têm de 100 mil a até 500 mil habitantes, o percentual ficará em 5%. De 500 mil a um milhão de habitantes, 4%. O percentual mais baixo, de 3%, se aplicará às câmaras dos municípios com mais de um milhão de habitantes.

Francelino pede a FHC que construa uma “nação justa”

Ao condenar a continuidade das desigualdades sociais, senador diz que governo deve tirar proveito do novo cenário econômico mundial

“O novo governo de Fernando Henrique Cardoso terá que construir, efetivamente, uma nação justa, sem as desigualdades sociais que estão aí”, afirmou ontem o senador Francelino Pereira (PFL-MG). Ele preconizou a construção de um Brasil capaz de situar-se adequadamente no novo cenário em que se organizam os mercados do mundo, tirando proveito da nova divisão econômica que se inaugura.

O senador observou que a posse de Fernando Henrique Cardoso para o seu segundo mandato coincide com o limiar de uma nova era e com a inauguração da nova moeda comum europeia — o Euro. Ele definiu essa moeda como “a mais importante realização europeia de uma década repleta de acontecimentos que mudaram a face do mundo, passando pela queda do muro de Berlim e pela implosão da União Soviética”.

Em sua opinião, o Euro reflete a inesgotável capacidade de recuperação da Europa, abalada neste século por duas devastadoras guerras e lançando-se agora no mais ousado desafio já feito à hegemonia econômica e financeira dos Estados Unidos. Ele informou que esse novo mercado, conhecido agora como Euroland, reúne uma população de 282 milhões de habitantes e um PIB superior a US\$ 6 trilhões.

Conforme Francelino Pereira, o novo



Francelino vê reviravolta econômica com a implantação do Euro

ano despertou sob uma nova realidade — a divisão do mundo em três grandes blocos econômicos, formados pelos Estados Unidos, a Euroland e a Ásia. Ele também previu que o Euro não só desempenhará um papel importante como reserva monetária internacional, como deverá converter-se em alternativa à hegemonia do dólar.

Para o senador, o mundo está assistindo a uma reviravolta na História. “Se, no passado, a unificação política precedeu a adoção de uma moeda comum, no limiar do novo milênio temos o contrário: os países europeus trataram primeiro de sua unificação monetária, com a instituição de um banco central e a criação de uma moeda única, para depois cuidarem da unificação política.”

Ele considerou uma sorte que um significativo percentual do comércio brasileiro se desenvolva com a Europa, em especial com os países que aderiram ao Euro. Mas ressaltou que o caminho brasileiro não pode ser outro “senão fortalecer e consolidar o Mercosul e, a partir daí, tornar realidade a Associação de Livre Comércio das Américas — a Alca”.

Francelino Pereira está convencido de que, juntamente com os Estados Unidos, Canadá e México, o Brasil constituirá no futuro o maior bloco comercial do mundo. Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse que a inauguração do Euro acaba com a hegemonia de uma única moeda sobre o mundo inteiro.

Alcântara prega mais cooperação entre Executivo e Legislativo

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) conclamou o Legislativo e o Executivo a iniciarem uma nova fase de cooperação para enfrentarem, juntos, os tempos difíceis que o Brasil viverá em 1999. “O presidente Fernando Henrique Cardoso está propondo uma coordenação política de ‘cara nova’ e o Congresso deve aproveitar a oportunidade para estruturar um diálogo mais amplo que pode, e deve, incluir as oposições.”

Para Alcântara, não pode haver estabilidade econômica sem estabilidade das instituições políticas. “O Congresso tem tido compreensão em relação às propostas do governo. É preciso que o Executivo manifeste a mesma boa vontade em relação ao Legislativo, sem criticar as modificações que fazemos em seus projetos. Quantas vezes vemos leis votadas apressadamente precisando ser revistas tão logo recebem a sanção presidencial?”, enfatizou.

Alcântara afirmou que o monopólio do bom senso e do espírito público não pode ficar com o Executivo.



Alcântara pede diálogo amplo que inclua, também, os partidos de oposição

Está faltando diálogo.”

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse, em aparte, que a valorização do Congresso depende primordialmente dos próprios parlamentares. “Muitas vezes ficamos aguardando a iniciativa do governo para apresentar propostas, quando a competência legislativa é nossa. A reforma tributária é um bom exemplo: não precisamos esperar as soluções do governo, podemos propor e votar as bases da reforma. Aliás, já deveríamos tê-lo feito.”

Também em aparte, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) criticou a atitude de parlamentares governistas de responsabilizar as oposições pela derrota de propostas do governo. “Isso aconteceu quando foi rejeitada a cobrança de contribuições previdenciárias sobre os proventos dos inativos. Houve quem culpasse a oposição pelos efeitos desastrosos sobre a saída de dólares do país. Que Congresso de fantasia é esse? Apoiar as teses do governo deve caber à sua base de sustentação que é suficientemente numerosa”, concluiu.

“A melhor solução para os problemas do país está na cooperação proveitosa entre Legislativo e Executivo, que precisa incluir as oposições, quebrando a dicotomia entre os parlamentares que sempre apóiam o governo e os que sempre rejeitam as propostas.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

0h55 - *Senado em Pauta*
 1h - Palestra - Brasil 500 anos
 1h55 - *Senado em Pauta*
 2h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, o Folclore Goiano
 2h30 - Especial/Unip - Programa produzido pela Universidade Paulista; Assunto: Recuperação de amputados - 1ª parte
 2h55 - *Senado em Pauta*
 3h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, o Espírito Santo
 3h30 - *Jornal do Senado*
 3h55 - *Senado em Pauta*
 4h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, Linha Verde da Bahia
 4h30 - Entrevista - O embaixador Graça Lima fala sobre Mercosul
 4h55 - *Senado em Pauta*
 5h - Palestra - Brasil 500 anos
 5h45 - *Jornal do Senado*
 5h55 - *Senado em Pauta*
 6h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Tênis
 6h30 - Especial/Unip - Programa produzido pela Universidade Paulista; Assunto: Funcionamento do intestino - 1ª parte
 6h55 - *Senado em Pauta*
 7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Ginástica Olímpica
 7h30 - Especial/Unip - Programa produzido pela Universidade Paulista; Assunto: Recuperação de amputados - 1ª parte
 7h55 - *Senado em Pauta*
 8h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Tênis
 8h30 - *Jornal do Senado*
 8h55 - *Senado em Pauta*
 9h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, Paraná
 9h30 - Entrevista - O embaixador Graça Lima fala sobre Mercosul
 9h55 - *Senado em Pauta*

10h - Palestra com Ricardo Teixeira sobre combate ao estresse
 10h55 - *Senado em Pauta*
 11h30 - *Espaço Cultural* - Especial com a bailarina Márcia Haydee
 11h55 - *Senado em Pauta*
 12h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, Amazonas
 12h30 - Entrevista - O embaixador Graça Lima fala sobre Mercosul
 12h55 - *Senado em Pauta*
 13h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, Amazonas
 13h30 - Palestra - Brasil 500 anos
 14h30 - Sessão Plenária
 18h30 - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, Olinda
 19h - Palestra com Ricardo Teixeira sobre combate ao estresse
 20h30 - Entrevista - O embaixador Graça Lima fala sobre Mercosul
 21h - *Jornal do Senado*
 21h15 - Palestra - Brasil 500 anos
 22h - Sessão Plenária (reapresentação)

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
 Em seguida - Música e informação
 14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)
 Em seguida - Música e informação
 19h - "A Voz do Brasil"
 Em seguida - Música e informação
 20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
 Em seguida - Música e informação
 21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
 Em seguida - Música e informação
 21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
 Em seguida - Música e informação
 0h - Reprise Sessão Plenária do Senado
 Em seguida - Música e informação

Plenário faz a primeira sessão da convocação

Trabalhos da Casa foram retomados com a discussão da emenda constitucional que prorroga a vigência e aumenta a alíquota da CPMF

Logo após a instalação dos trabalhos da convocação extraordinária do Congresso Nacional, o Senado realizou ontem sua primeira sessão deliberativa de 1999. Sob a presidência do senador Antonio Carlos Magalhães, a Ordem do Dia consistiu no terceiro dia de discussão da proposta de emenda constitucional que prorroga a vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e aumenta sua alíquota.

A propósito do pronunciamento em que o senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) manifestou preocupação com as investigações do assassinato da deputada Ceci Cunha, ocorrido no último dia 16 de dezembro, o presidente do Senado garantiu que a Casa envidará todos os seus esforços para elu-



Antonio Carlos, ao lado do senador José Roberto Arruda, presidiu a primeira sessão do Senado neste ano

cidar o caso o mais rápido possível.

Nos próximos dias, além das propostas específicas, relacionadas na mensagem que convocou o Congresso, os senadores deverão analisar matérias de

competência exclusiva do Congresso Nacional, versando sobre tratados e acordos internacionais, bem como matérias de competência privativa do Senado Federal, conforme prevê a Constituição.

Palmeira repudia assassinatos em AL

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) manifestou seu repúdio aos assassinatos da deputada Ceci Cunha, seu esposo, seu cunhado e sua sogra, ocorridos em Maceió. O senador explicou que os representantes do povo alagoano não clamam por vingança, mas por justiça, e que a comoção que tomou conta da opinião pública de Alagoas e o sentimento de indignação que testemunhou em Arapiraca



Palmeira defende mobilização de todos contra os crimes

exigem mais que providências urgentes e medidas imediatas. Para o senador, é preciso a mobilização de todos. "Temos que romper o medo, o senti-

mento de impunidade e a cadeia de omissões que têm permitido que os delinquentes convivam em nosso meio, desfrutem do convívio da sociedade e participem impunemente dos atos cotidianos, afrontando nossa dignidade", sugeriu o senador.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que o país já não suporta mais a violência, que não acontece apenas em Alagoas, mas em todo o Brasil. O senador Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou que é inacreditável que fatos como esse aconteçam num momento

em que o país vive uma democracia plena.

Palmeira ressaltou ainda que não admite tolerância com estes assassinatos. "Se a vida e a segurança de uma deputada, coberta pelo manto da imunidade parlamentar, não pode ser preservada nem garantida, se a existência de seus parentes mais próximos pode ser ceifada dessa maneira brutal e chocante, é sinal de que a sociedade está enferma, os poderes públicos estão sob a ameaça dos bandidos e sicários a soldo dos interesses mais mesquinhos e a Justiça se tornou refém dos meliantes", afirmou.

Palmeira destacou o empenho do ministro da Justiça, Renan Calheiros, que, juntamente com a Polícia Federal e o governador Manoel Gomes de Barros, procuraram e encontraram os criminosos responsáveis pela chacina.

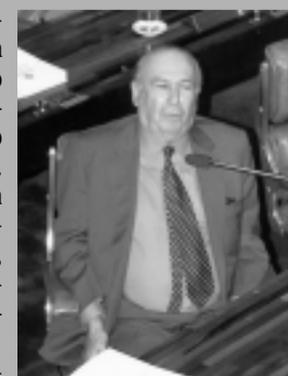
Lúdio defende avanço nas reformas

O Congresso Nacional tem a responsabilidade de avançar nas reformas para aprimorar o sistema democrático brasileiro, afirmou o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) em entrevista à Rádio Senado.

Para o senador, é necessário que a estrutura partidária brasileira sofra uma modificação em profundidade, e a proposta de eleição distrital aproxima o candidato de sua base eleitoral. "Essa eleição distrital é muito importante para dar legitimidade à representação popular, mas, se formos esperar que a população brasileira se aglutine em torno de partidos políticos que mereçam mais credibilidade, como acontece nos Estados Unidos, na Inglaterra, isso vai demorar muito."

Os partidos brasileiros têm dado uma contribuição muito pequena à administração pública no país, disse Lúdio. "Eles, que deveriam ser a base da administração pública, não têm correspondido às suas finalidades", completou.

O senador está esperançoso de que este ano haja uma consciência do Congresso Nacional no sentido de fazer todas as reformas capazes de dar uma estrutura mais ade-



Para Lúdio, partidos não têm correspondido às suas finalidades

quada à administração pública brasileira.

Lúdio Coelho tem esperança também de que o país encontre seu caminho, "não à base de retirar mais dinheiro da população. É necessário que a área econômica do governo se aprofunde para buscar a criação de riquezas e produzir produtos para exportação", afirmou.

O senador participou da posse dos ministros Pimenta da Veiga, das Comunicações, pela manhã, e Celso Lafer, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, à tarde.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-5
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Patrocínio adverte contra fraudes dos planos de saúde

Senador recomenda aos usuários “paciência e cuidado” antes de assinar os novos contratos com os prestadores de serviços do setor

Todas as pessoas que se filiarem a planos ou seguros de saúde devem ler “com muita paciência e cuidado” os contratos antes de sua assinatura, “pois ainda haverá empresas tentando burlar a nova regulamentação do setor”. O alerta foi feito em plenário pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), ao lembrar que entraram em vigor ontem as novas regras que regem os planos de saúde no país.

Patrocínio informou que, até agora, cerca de 500 empresas obtiveram registro de seus planos no Ministério da Saúde. A regulamentação do setor foi aprovada no segundo semestre do ano passado pelos senadores, com um prazo para que todas as regras entrassem em vigor. Desde então, conforme o senador, melhorou o atendimento dos planos aos usuários:

– Os serviços de defesa de consumi-

Patrocínio quer que governo puna com o máximo rigor as empresas que lesarem os consumidores



dores dos estados estão prevendo que, com a vigência da regulamentação, deve cair à metade o número de reclamações de usuários registradas nos Procons.

O senador pediu que o governo “puna com a máxima severidade” os planos e seguros de saúde que ainda tentarem enganar consumidores. Ele

lembrou que o Congresso aprovou a regulamentação do setor depois de longos e intensos debates, tendo conseguido que os planos aceitassem cobrir transplantes de órgãos, como córneas e rins. Disse ainda que o Congresso voltará a discutir o assunto, ao apreciar a proposta do governo no detalhamento da nova legislação.

Senado retoma discussão sobre proposta que extingue os manicômios e os asilos

O substitutivo do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) sobre tratamento de doenças mentais, aprovado em dezembro pelo plenário, voltará a ser discutido na Comissão de Assuntos Sociais durante a convocação extraordinária deste mês. O substitutivo acolheu emendas dos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Emília Fernandes (PDT-RS) e, depois, retornará ao plenário para votação em turno suplementar.

A proposta extingue manicômios e asilos de doentes mentais, mas mantém a existência de hospitais psiquiátricos, desde que eles proporcionem assistência integral aos pacientes, incluindo serviços médicos, de assistência social e psicológicos, além de serviços ocupacionais e de lazer. Mesmo assim, a internação é permitida apenas em casos mais graves, uma vez que o projeto prioriza o tratamento ambulatorial, prevendo a criação de hospitais-dia e hospitais-noite.

Sebastião Rocha disse ter feito uma síntese do projeto original da Câmara, de autoria do deputado Paulo Delgado (PT-MG), com o substitutivo do senador Lucídio Portella (PPB-PI) e emendas apresentadas na Comissão de Assuntos Sociais. “Ainda assim, o projeto está longe do ideal. Por isso, a volta à discussão na CAS poderá representar uma oportunidade de aperfeiçoá-lo”, afirmou.

Rocha defende medidas do projeto, como a definição dos direitos do doente mental



Entre as falhas, o senador cita a ausência de penas para quem praticar atos lesivos à integridade dos doentes mentais ou violar dispositivos contidos na lei. “A inovação maior corre por conta do reconhecimento da responsabilidade do Estado na promoção da saúde e assistência aos portadores de transtornos mentais, o que implica a construção de uma rede de hospitais psiquiátricos públicos”, explicou.

AVANÇOS

Para Rocha, o projeto traz outros avanços, como a definição dos direitos das pessoas portadoras de distúrbio mental; exigência da participação ativa da sociedade e da família no seu atendimento; criação de estabelecimentos de saúde mental, abrangendo tanto os dispositivos destinados ao atendimento comunitário quanto aqueles destinados à institucionalização do doente; determinação de três tipos de hospitalização psiquiátrica (voluntária, involuntária e

compulsória); previsão de assistência aos doentes visar a sua reabilitação e reinserção social; e vedação da internação em instituições com características de asilos.

O projeto estabelece que a internação psiquiátrica deve representar o último recurso a ser utilizado no caso dos doentes mentais. “Se indispensável, o tratamento visará, como finalidade permanente, à reinserção social do paciente em seu meio.”

Segundo Sebastião Rocha, esses cuidados são importantes para impedir que os hospitais sejam depósitos de doentes mentais. “Além disso, o paciente há longo tempo hospitalizado, em decorrência de seu quadro clínico ou de ausência de suporte social, será objeto de política específica de alta hospitalar planejada e reabilitação psicossocial, sob responsabilidade e supervisão da autoridade sanitária competente e do Ministério Público, quando provocado.”

Tebet acha que Congresso errou e deve rever a criação do kit de primeiros socorros para os carros nacionais



Tebet: estojo de primeiros socorros é “imprestável”

O estojo de primeiros socorros, que desde o último dia 1º vem sendo exigido dos proprietários de carros no país, foi considerado pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS) como “imprestável”. Ele atribuiu sua criação a “um cochilo do Congresso Nacional” durante a votação do novo Código de Trânsito Brasileiro.

Ramez Tebet acha que o Congresso terá de corrigir o artigo sobre o

estojo de primeiros socorros:

– Não sei como esse artigo passou no Congresso. A compra do kit serve apenas para favorecer os fabricantes. Ele é totalmente imprestável para o fim a que se destina. Se ocorrer um desastre, ele não servirá para nada, até porque o motorista não sabe fazer uso do material. Aliás, médicos deram entrevistas sugerindo que não se deve mexer com acidentados – afirmou o senador.

Projeto obriga laboratório a usar nome genérico em medicamentos

Entre as matérias que serão examinadas pelo Senado durante a convocação extraordinária do Congresso, está o projeto de lei da Câmara estabelecendo a obrigatoriedade de que conste, na embalagem dos produtos farmacêuticos comercializados no país, o nome genérico (denominação científica abreviada baseada no ingrediente ativo utilizado). Segundo o autor da proposta, deputado Eduardo Jorge, a adoção da medida permitiu que nos Estados Unidos, por exemplo, os consumidores economizassem cerca de US\$ 236 milhões em 1989.

Eduardo Jorge destaca na justificativa do projeto que cerca de 50 milhões de brasileiros estão marginalizados no consumo de medicamentos.

Segundo o deputado, “a simples existência do concorrente genérico não garante a competição por preço, pois os consumidores, ou seja, os pacientes e médicos, não escolhem os medicamentos que consomem”. Eduardo Jorge observou que os médicos não se fixam nos preços, até mesmo porque não se tem notícia de propaganda dirigida à classe médica que mencione os preços dos remédios.

Os medicamentos genéricos podem ser adquiridos a um preço mais baixo, conforme o autor. O motivo para esse barateamento, segundo ele, é que o padrão de competição no mercado de produtos farmacêuticos implica a criação de marcas de fantasia, que consomem de 20% a 30% das vendas brutas dos maiores fabricantes. A adoção do nome genérico também é re-



Lúcio Alcântara

comendada pela Organização Mundial de Saúde.

O projeto já foi encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais do Senado, para ser relatado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O texto estabelece normas especiais com o objetivo de estimular o uso do nome genérico e sua adoção por entidades públicas e privadas. As aquisições de medicamentos, sob qualquer modalidade de compra, e as prescrições médicas e odontológicas de medicamentos, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), adotarão obrigatoriamente a Denominação Comum (nome do fármaco ou princípio farmacologicamente ativo).

LISTA COMPLETA

O órgão federal responsável pela vigilância sanitária editará, periodicamente, a relação de medicamentos registrados no país, de acordo com a classificação farmacológica da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais vigente e segundo a Denominação Comum Brasileira ou Internacional, com os nomes comerciais e as empresas fabricantes.

Ainda de acordo com o projeto, o Ministério da Saúde promoverá mecanismos que assegurem ampla comunicação, informação e educação sobre os medicamentos genéricos. Quanto aos laboratórios que produzem e comercializam medicamentos com ou sem marca ou nome comercial, o projeto prevê que eles terão o prazo de seis meses para as alterações, se a matéria for aprovada.